

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1- DO OBJETO**

1.1. Aquisição de Equipamentos de Lavanderia, para atender às necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Hospital maternidade Dr. Mario Dutra de Castro.

1.3. **Fundamentação Legal:** Decreto Federal 10.024/19, Decreto Municipal 599/2020 – Pregão Eletrônico, Lei Federal 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006.

1.4. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

**2- DO QUANTITATIVO**

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	Qtd
<b>COTA EXCLUSIVA</b>			
<b>01</b>	<b>Secador Rotativo</b> – Destinado a secagem e pré – secagem de roupas em geral – Secador rotativo de uso profissional, com capacidade para no mínimo 50 a 60 Kg de roupas por carga, com aquecimento elétrico. O equipamento deverá ser composto de cesto totalmente em aço inox, devendo ainda possuir timer e controle de temperatura de forma digital. O equipamento deverá ser composto de cesto totalmente em aço inox, devendo ainda possuir timer e controle de temperatura de forma digital. O equipamento deverá estar adequado a todas as normas de segurança regulamentada pela NR 12 do Ministério do Trabalho que trata da segurança dos operadores, dentre os quais: Proteções fixas que impedem o acesso as partes móveis da centrífuga como engrenagens, correias, polias, motor; Botão de emergência monitorado por sistema de duplo canal e botão de rearme do sistema de segurança; Sistema de segurança com trava elétrica na porta, conjugada com dispositivos para controle de movimentação do motor, que impeça sua abertura enquanto o cesto estiver em movimento. Indicador luminoso no sistema de segurança da porta que libera sua abertura somente quando o cesto estiver completamente parado. Deverá possuir relés de segurança no mínimo de categoria 4 (quatro) para funções de parada de emergência e monitoramento da porta de acesso ao cesto. Tensão 220/380 w.	Unid.	1

02	<b>Carro de transporte de Fiberglass</b> – Destinado ao transporte de roupas em geral. Características principais: Medidas mínimas da caçamba: 900x600x610 mm(CxLxA) Volume mínimo de 300 litros; Deverá possuir dreno para escoamento de líquidos; Com tampa; Puxador em metal cromado; Rodízios de 4' aproximadamente 100 mm; Material totalmente liso interno e externamente; Cor Laranja ou Amarelo	Unid.	2
<b>COTA PRINCIPAL</b>			
03	<b>Lavadora Extratora Hospitalar</b> – Controles Computadorizados Destinada a lavar, enxaguar e centrifugar roupas hospitalares. Lavadora tipo horizontal, dotada de barreira sanitária anti- infecção cruzada, com capacidade mínima para 60 Kg de roupas secas por carga, com cesto interno bipartido, controles computadorizados e rotações controladas por inversor de frequência. -Deverá ser equipada com Kit de reaproveitamento de água, composto no mínimo com 2 (duas) válvulas de entrada de água. O equipamento deverá estar adequado a todas as normas de segurança regulamentada pela NR 12 do Ministério do Trabalho que trata da segurança dos operadores dentre os quais: Proteções fixas que impeçam o acesso às partes móveis da centrífuga como engrenagens, correias, polias e motor; Botões de emergência monitorados por sistema de duplo canal e botão de rearme do sistema de segurança; Sistema de segurança com trava elétrica e pneumática nas portas, conjugada com dispositivos para controle e monitoramento de movimentação do motor, que deverá impedir sua abertura enquanto o cesto estiver em movimento. Deverá possuir relés de segurança no mínimo de categoria 4 (quatro) para as funções de emergência e monitoramento das portas, além de no mínimo um relé de segurança específico para monitoramento do cesto. Tensão 220/380 w.	Unid.	1
04	<b>Calandra-</b> Destinado a passagem e acabamento de tecidos planos. Calandra para passagem e acabamento de tecidos planos – Uso profissional, com cilindro de no mínimo 2.500mm de comprimento, com controle de velocidade através de inversor de frequência, aquecimento elétrico, deverá apresentar resultados de no mínimo 70(setenta) a 85( oitenta e cinco)Kg de roupa. O equipamento deverá estar adequado a todas as normas de segurança regulamentada pela NR 12 do Ministério do Trabalho que trata da segurança dos operadores, dentre as quais: Proteções fixas que impeçam o acesso as partes móveis da calandra como engrenagens, correias, polias, motor; Botão de emergência monitorado por sistema de segurança; Grade para proteção de mãos que ao ser acionada desliga o equipamento. Deverá possuir relés de segurança no mínimo de categoria 4 (quatro) para função de parada de emergência. Tensão 220/380w	Unid.	1

2.2. O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a necessidade do referido Hospital, onde os equipamentos aqui solicitados irão compor a área nova da Lavanderia, retornando a autonomia de higienização das roupas de camas, dos pacientes, médicos e demais utilizadas no Hospital Maternidade de Nova Friburgo.

### 3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Esta aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento de condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento das atividades do nosocômio.

### 4- DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO

4.1. A empresa vencedora deverá atender a todas a ordem de entrega e instalação expedida pela Unidade Requisitante.

- 4.2. Os itens deverão ser entregues em parcela única, com prazo não superior a 90 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- 4.3. A entrega e instalação deverá ser realizada no Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro, localizado na Travessa Antônio Fernandes Moreira, nº 12, Centro, Nova Friburgo/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h:00m às 17h:00m.
- 4.4. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.
- 4.5. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à empresa vencedora efetuar a troca, no prazo máximo de 7 dias, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.
- 4.6. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável.
- 4.7. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.
- 4.8. Caso os equipamentos cotados sejam dispensados do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.
- 4.9. No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):
- 4.9.1. Manual de operação;
  - 4.9.2. Manual de serviços;
  - 4.9.3. Esquemas eletrônicos;
  - 4.9.4. Procedimentos de calibração;
  - 4.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;
  - 4.9.6. Certificado de garantia;

## 5- CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A empresa vencedora deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamento.

5.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

5.2.1. Ter assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante no País.

5.2.2. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.

5.2.3. Prestar assessoria profissional para adequação dos pontos (elétricos, hidráulicos, de gás, vapor ou ar comprimido) necessários à correta operação de todos os equipamentos, conforme manual do fabricante.

5.2.4. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber bem como

5.2.5. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

5.2.6. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

5.2.7. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

5.2.8. O equipamento deverá estar adequado a todas as normas de segurança regulamentada pela NR 12 do Ministério do Trabalho que trata da segurança dos operadores dentre os quais

5.2.9. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

5.2.10. A entrega, o transporte, a descarga, colocação e a instalação dos equipamentos serão por conta da empresa vencedora .

5.2.11. A empresa vencedora deverá prestar, sem custos à Contratante, assessoria científica e oferecer treinamento das equipes para a utilização do equipamento, dentro da vigência de garantia.

5.2.12. Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção corretiva do equipamento que apresentar defeitos, durante a vigência da garantia.

5.2.13. Ademais, a empresa vencedora deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

5.2.14. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

5.3. A empresa vencedora deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

5.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220/380v.

## **6 – DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

6.1. Para o procedimento de entrega dos equipamentos, é indispensável a presença da empresa vencedora ou seu representante, devidamente e comprovadamente autorizado.

6.2. Os bens serão recebidos:

6.2.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.2.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas, bem como após a instalação e comprovação de funcionamento do equipamento.

6.3. Tanto o recebimento provisório, quanto o recebimento definitivo, deverão ser instrumentalizados em documentos específicos, que serão elaborados pelos fiscais designados pela Unidade Requisitante.

6.4. Os fiscais deverão, no momento da entrega, realizar uma inspeção visual dos equipamentos para assegurar que:

6.4.1. Os equipamentos correspondem àqueles especificados no presente Termo de Referência e nas propostas apresentadas.

6.4.2. Os equipamentos estão completos, com todos os acessórios e documentação técnicas especificadas no Termo de Referência e no edital.

6.4.3. Não existem partes dos equipamentos e seus acessórios danificados.

- 6.4.4. Os equipamentos estão compatíveis com os requisitos de pré-instalação aprovados pela empresa vencedora .
- 6.5. Verificada a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital e nas propostas, bem como aprovada a inspeção visual prevista no subitem 6.4.1 a 6.4.4, os fiscais emitirão o documento atestado o recebimento provisório.
- 6.6. Emitido o documento de recebimento provisório, a empresa vencedora deverá realizar as instalações dos equipamentos no prazo máximo de 07 dias, e estes ficarão em funcionamento no Hospital Maternidade Dr Mario Dutra de Castro por um período de experiência de 15 dias corridos, contados da instalação, para avaliação técnica durante o uso dos equipamentos.
- 6.7. Ao final deste período, os fiscais designados pela Contratante encaminhará relatório à empresa vencedora e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.
- 6.8. Caso os equipamentos não estejam de acordo com as especificações propostas, a empresa vencedora deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 07 dias, contados da data de recebimento do relatório mencionado no item 8.7 deste documento.
- 6.9. Aprovados os equipamentos, os fiscais emitirão o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.
- 6.10. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 dias úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 6.7.
- 6.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se mo recebimento definitivo.
- 6.12. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, os fiscais, no prazo de 03 dias úteis, deverá comunicar o fato ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que providenciará os respectivos códigos de identificação, a fim de incluí-los no patrimônio e no sistema de gerência e manutenção da Contratante.

## 7-PRÉ-INSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO

- 7.1. Finalizada a licitação, a empresa vencedora deverá verificar a conformidade das instalações da Contratante em relação a requisitos necessário a pré-instalação dos equipamentos. Tal

verificação será realizada mediante inspeção local realizada por representante da empresa vencedora, que aprovará formalmente as instalações da Unidade de Saúde.

7.2. O prazo para a realização da inspeção in loco será de 05 dias úteis, a contar da publicação do instrumento contratual no veículo responsável pelas publicações oficiais da Prefeitura de Nova Friburgo.

7.3. Se, porventura, a inspeção local não for aprovada pela Contratada, será concedido à Contratante o prazo de 20 dias úteis para a adequação do setor que receberá os equipamentos.

7.3.1. Em necessidade de prorrogação do prazo de 20(vinte) dias úteis para adequação do setor que receberá os equipamentos, este não afetará a entrega dos demais itens passíveis de instalação imediata;

7.3.2. Em caso de impedimento de execução do contrato por causa da Administração Pública, este implicará na devolução do prazo de entrega em relação ao item cuja instalação eventualmente esteja condicionada às adaptações a serem feitas, com fundamento por analogia no art.79, inciso 5 da Lei 8.666/1993;

7.4. Com a aprovação final emitida pela empresa vencedora, a Contratada realizará as instalações dos equipamentos no prazo máximo de 05 dias úteis após a entrega dos mesmos.

7.5. Para a conclusão das instalações a empresa vencedora, ou seu representante devidamente autorizado, deverá efetuar os testes das instalações dos equipamentos, realizando demonstração de seus funcionamentos à equipe de acompanhamento.

7.6. Os custos referentes à pré-instalação no que diz respeito a adequação do espaço físico do estabelecimento de saúde serão de responsabilidade da Contratante. Em contra partida, os custos referentes a instalação dos equipamentos, particularmente aqueles adicionais, que podem ocorrer durante as instalações, incluindo custos de eventual acompanhamento ou inspeção pela empresa vencedora, serão integralmente pagos pela Contratada.

## 8- DO TREINAMENTO

8.1. A empresa vencedora oferecerá treinamento para os operadores dos equipamentos adquiridos, sem custo adicional para a Contratante.

8.2. Caso a Unidade Requisitante considere necessário, a empresa vencedora oferecerá treinamento aos funcionários da Contratante para a realizar serviços de manutenção.

8.3. Os custos de treinamento, tanto dos operadores dos equipamentos quanto dos técnicos de manutenção da Contratante serão integralmente pagos pela empresa vencedora , estando incluídos os custos com o treinamento a participação de especialistas, o transporte dos profissionais da empresa vencedora , bem como o possível uso de material didático.

## 9- DA DOCUMENTAÇÃO

9.1. Os fiscais responsáveis pelo recebimento, acompanhar a instalação e emitir aceitação dos equipamentos médico-hospitalares, devem registrar em documento único apropriado, informações detalhadas sobre os equipamentos e todos os eventos do processo de seu recebimento, instalação e aceitação.

9.2. Os Fiscais deverão realizar a guarda e o controle de toda documentação referente ao recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos, incluindo a documentação técnica (manuais de operação e manuais de serviço) e atualizações efetuadas nesta documentação, devendo ainda divulgar na unidade Requisitante as informações nela contidas.

9.4. Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser de fácil acesso aos seus usuários e terão as seguintes funções:

9.4.1. Manter as unidades usuárias dos equipamentos informadas quanto aos reparos e modificações neles efetuadas.

9.4.2. Assegurar que as manutenções preventivas serão executadas nas datas previstas.

9.4.3. Chamar a atenção para problemas que podem estar ocasionando freqüentes avarias aos equipamentos.

9.4.4. Indicar que os usuários verificaram os equipamentos após as manutenções.

9.4.5. Indicar que os equipamentos foram submetidos a testes funcionais antes de serem utilizados.

9.5. Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser mantidos permanentemente junto aos equipamentos e suas atualizações ou preenchimentos deverão ser realizados segundo requisitos previamente estabelecidos e formalmente instituídos pela direção do Setor Requisitante, incluindo o requisito de datar e assinar cada registro.

9.6. A Contratante deverá manter registros de todos os treinamentos realizados por seus funcionários ou pelos funcionários da empresa vencedora para a capacitação de seus



profissionais e técnicos na operação ou prestação de serviços de manutenção de cada um dos equipamentos adquiridos.

#### **10- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS**

10.1. A empresa vencedora deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.

10.2. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.

10.3. A empresa vencedora deverá possuir equipe de assistência técnica ou representação técnica especializada para a prestação de serviços de manutenção no país.

10.4. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela empresa vencedora .

#### **11- DA AVALIAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS**

11.1. Fica facultada aos fiscais deste Termo de Referência exigir da empresa classificada pela licitação, a avaliação técnica dos equipamentos antes da adjudicação do vencedor da licitação, a fim de garantir sua qualidade.

11.2. O prazo para solicitação desta avaliação será de 03 dias úteis, contados da data da sessão pública do Pregão Presencial.

11.3. Os Fiscais comunicarão ao Pregoeiro se os equipamentos foram aprovados ou não. Caso não sejam aprovados, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

#### **12- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

12.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

### 13- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos.

13.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52.02

13.1.2. Fonte de Recurso – 0000 – ordinário

13.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

13.2.1. Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro: 30001.1030200852.203

13.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

### 14 – DA LIQUIDAÇÃO

14.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

### 15 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

15.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

15.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

15.1.3. FGTS;

15.1.4. PGE - referente a Dívida Ativa;

15.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa

15.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

15.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

15.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 16-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

16.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

16.2. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

16.3. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

16.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

## 17-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Caberá à Contratante:

17.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa vencedora, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

17.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

17.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa vencedora , através de servidor especialmente designado;

17.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

17.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela empresa vencedora .

17.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa vencedora , de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 18-DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

18.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

18.2. Efetuar a entrega e instalação dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscais citadas nos subitens 15.1.1 a 15.1.6

18.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

18.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 07 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

18.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

18.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

18.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do ato.

18.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.9. Manterem compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

## 19-MEDIDAS ACAUTELADORAS

19.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 20 - DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 21-DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de referência e Edital, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do ato.

## 22 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

22.1. A empresa vencedora deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19/01/2010.

### **23 - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO**

23.1. O acompanhamento e a fiscalização da entrega e instalação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega e/ou instalação, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

23.2. Para acompanhamento e fiscalização das obrigações da Empresa vencedora, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

**Fátima Minervino de Nóbrega – Mat. 207.249 – Fiscal Titular**

**João Batista Bezerra – Mat. 299.173 – Fiscal Substituto**

23.3. O fiscal do contato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com os equipamentos, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

23.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle do ato.

23.5. A verificação da adequação da entrega e instalação deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

23.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

### **24 - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO**

24.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

### **25 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

25.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

25.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

25.1.2. Apresentar documentação falsa;

25.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

25.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

25.1.5. Não mantiver a proposta;

25.1.6. Cometer fraude fiscal;

25.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

25.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

25.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

25.3.1. Advertência;

25.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

25.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

25.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

25.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

25.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

25.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

25.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

25.3.9. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

25.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## 26-DA RESCISÃO

26.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

26.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do ato:

26.2.1. Atraso injustificado na entrega e instalação, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

26.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

26.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

## 27-DO FORO

27.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo, 10 de Novembro de 2022



Érica Ribeiro de Freitas Borges  
Captação de Recursos e Planejamento em Saúde  
Mat. 115.268

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano  
Secretária de Saúde  
Matrícula: 106.137